

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Aline Gomes Alvim

**MODELOS SINDICAIS E MOVIMENTO DE MASSAS: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A ERA  
VARGAS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada.

Juiz de Fora  
2018

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **ALINE GOMES ALVIM**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673009A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **MODELOS SINDICAIS E MOVIMENTO DE MASSAS: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A ERA VARGAS**, desenvolvido durante o período de 06 DE AGOSTO DE 2018 a 28 DE NOVEMBRO DE 2018 sob a orientação de **Prof. Dr. LEONARDO SILVA ANDRADA**, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**ALINE GOMES ALVIM**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

# MODELOS SINDICAIS E MOVIMENTO DE MASSAS: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A ERA VARGAS

Aline Gomes Alvim<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, em um primeiro momento, esboçar uma análise sobre a questão da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Intentona de 35, buscando resgatar a importância dessa movimentação para criar um ideário de certa oposição ao governo varguista. Nos apoiamos nos acontecimentos que tiveram relevância para a criação e dissolução da organização de massas. Logo depois, abordamos a questão sindical dentro das constituintes da Era Vargas e buscamos demonstrar que houve um processo de intensificação do aparelhamento da instituição que culminou em uma desmobilização dos sindicatos e, conseqüentemente, dos trabalhadores. O objetivo deste artigo é apontar as diferenças entre a atuação sindical e a atuação de massas, entretanto mostrando a importância de cada uma dessas mobilizações dentro do período histórico tratado. Por outro lado, procuramos fomentar a ligação entre o fim da ANL com o apassivamento da classe trabalhadora que a muito já vinha sendo cooptada pelo Estado, através de seus órgãos sindicais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Getúlio Vargas. ANL. movimento de massas. sindicatos.

## 1. INTRODUÇÃO

O ano de 1929 se coloca dentro da História como uma data marcante por todo o envolvimento de um contexto de crise global. A Crise de 29 vai marcar, de forma mais importante para este trabalho, a queda do modelo político liberal. Nessa época, há um reconhecimento do campo político de que o liberalismo foi um sistema falho e dentro disso houve um processo de acontecimentos que levaram ao desenvolvimento de outros modelos de sistemas políticos, como por exemplo o fascismo e o corporativismo.

Nacionalmente, o ano de 1929 foi indicado por Werneck Vianna como o ano em que o país sofreu uma crise em três dimensões principais: econômica (com a queda da exportação do café); política (com o acirramento dos conflitos entre as oligarquias em conjunto com os levantes tenentistas) e social (mudança no movimento operário com a formação de uma “frente única”). Dentro desse mesmo ano também estava ocorrendo as eleições presidenciais no Brasil e foi dentro do sistema de hierarquias oligárquicas aqui vigente, que houve uma divergência na relação entre as oligarquias de primeira grandeza (São Paulo e Minas Gerais) quando o atual presidente Washington Luís, da oligarquia de São Paulo, indicou como candidato Júlio Prestes, do mesmo estado que o atual presidente. Essa situação foi determinante para que o conchavo entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais fosse dissolvido. Dentro dessa conjuntura, Minas se aliou à Rio Grande do Sul e Paraíba, formando assim a Aliança Liberal em apoio à candidatura de Getúlio Vargas.

A vitória de Júlio Prestes em março de 1930 não deixou as frações da chamada Aliança Liberal resignadas. Muito pelo contrário, através de uma série de acontecimentos ao longo do ano de 1930, a Aliança Liberal junto com relevante adesão do Exército, iniciaram uma trama de atos que, em novembro de 30 levaram Vargas à presidência. Entendendo toda a história da Primeira República - principalmente o ano 1929 - e daí todo o processo que se levou até a posse de Getúlio Vargas, podemos compreender que todos os acontecimentos aqui colocados foram parte de uma estagnação proporcionada pelas oligarquias, estas estavam totalmente inseridas na hegemonia nacional até então e esse cenário aqui colocado já ocorria a muito tempo.

A Revolução de 1930 indica um novo momento dentro da história política do Brasil. Tendo como primeira observação a queda de uma das oligarquias de primeira grandeza. Mas também, a construção da atual plataforma de governo que tinha como proposta uma reforma dentro do sistema político. Para além disso, se colocava como principal objetivo de melhorias, as questões sociais, nas quais não eram pensadas dentro da Primeira República. Porém, é dentro desse mesmo governo que era estabelecido um Estado de Compromisso, que se caracteriza pela readaptação das relações entre os setores dominantes da sociedade. Ou seja, é dentro do Estado de Compromisso que se cria uma certa abertura para uma relação maior entre o Estado e frações dominantes, sem com isso o Estado ser submisso aos mesmos.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: aline\_gomes98@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada.

É dentro dessa forma de Estado que se instaura o sistema corporativista do governo de Vargas. Esse modelo de sistema adotado no país tem como objetivo buscar uma maior centralização e intervenção no mercado, colocando como público aquilo que antes, dentro de um sistema liberal, era colocado como privado. Logo, o Estado pós-30 vive em um regime que tem seu foco para a modernização e para a industrialização do país, colocando dentro das questões sociais – como por exemplo, a legislação trabalhista – um aparato importante para a acumulação industrial (VIANNA, 1999). Com isso, o regime corporativista também ignora o conflito existente entre as classes, se tornando um comitê político das facções burguesas. Sendo assim, podemos compreender também que esse modelo dá origem a uma maior disciplina dos meios de produção capitalista.

Apesar do caráter industrializador do Estado no pós-30, a burguesia industrial não ascende no poder, mesmo sendo essa fração importante para que o mesmo prospere. Porém, o que houve com as frações burguesas brasileiras, foi o que Gramsci chamaria de “revolução passiva”. Ou seja, enquanto o sistema da República Oligárquica ainda era vigente, a hegemonia cafeeira tomava conta das frações dominantes, é com a Revolução de 30 que o sistema das frações dominantes muda. Entretanto, não é com a destruição das antigas frações que as outras se elevam à hegemonia, mas sim, através de uma conciliação entre estas, para assim promover “pelo alto” o desenvolvimento. Tendo essa visão gramsciana do processo revolucionário de 30, também é necessário complementar com o conceito de “revolução pelo alto”<sup>2</sup> ou “via prussiana” onde Lênin aponta que dentro desse modelo transformador, a classe dominante é posta como liderança do processo de modernização de um país. E é por meio da transformação agrária, empregando à terra um caráter capitalizado que haverá uma formação capitalista nacional.

Cabe ressaltar aqui, que há dentro dos estudos relacionados a Revolução de 1930 autores com vertentes que são contrárias ao caráter modernizador e industrializador do processo (1930-1937), apontando para uma industrialização somente a partir do Estado Novo (1937), dentre estes podemos citar Boris Fausto e Angela de Castro Gomes. Fausto, por exemplo, não vê a burguesia industrial como agente do movimento político-militar de 30, muito porquê o autor não enxerga dentro do regime a formação dessa classe industrial, acreditando que esta era uma fração ainda muito embrionária e incapaz de ir contra à hegemonia oligárquica e é dentro dessa perspectiva que o autor também se coloca contrário à ideia de um regime industrializante a partir de 1930. Entretanto, é importante frisar que apesar da burguesia industrial ser uma fração em desenvolvimento, essa não teve relação com o aspecto modernizador e industrializante do governo Vargas. A fração burguesa industrial apenas se favoreceu com essas medidas desenvolvimentistas que o regime propunha. É desta forma que uma das ideias centrais de Werneck Vianna é colocada em seu livro *Liberalismo e Sindicato no Brasil*:

“Pretendemos acentuar que a modernização como ‘revolução pelo alto’ não se associa à ideia de que tal processo tenha levado a burguesia industrial ao poder político, e sim que os interesses específicos da indústria tenham encontrado apoio e estímulo eficaz na nova configuração estatal.” (VIANNA, 1999, p. 172).

Seguindo com nossa linha de pensamento, entendemos que o processo de modernização de 30 acarretou em um bom desenvolvimento do setor agrícola, podendo ser visto através da defesa que o Estado oferecia para aqueles agricultores que buscassem em seus negócios o lucro. Nesse sentido, podemos compreender a política centralizadora que visava em sua totalidade a modernização da propriedade agrária, porém esta deveria ser capitalista (VIANNA, 1999). Consequentemente, com esse desenvolvimento do setor agrário ocorreu uma maior migração interna dentro do país, onde os trabalhadores do campo se direcionavam para a cidade e assim se tornavam o mais novo operariado.

A relação existente entre essa classe trabalhadora com Getúlio Vargas é crucial para se entender todas as manobras políticas feitas dentro deste governo. É através da criação de um vínculo direto entre governante e governado e da personificação do Estado em Getúlio que começa a se criar uma ideia de aproximação entre esses personagens. Essa renovação do Estado brasileiro no pós-30, principalmente contendo os princípios de um modelo de sistema novo, nacional e antiliberal, propaga um ideário de ruptura com o passado da Primeira República. Como representação dessa ruptura com o passado, a questão social era o que vinha a ser o tema prioritário para se desenvolver dentro desse governo sucessor.

Sendo assim, é também dentro da Revolução de 30 que a ideia de um homem nacional é totalmente modificada. Enquanto a visão da Primeira República coloca o homem distanciado da ideia de cidadão e falha na

---

<sup>2</sup> Mais detalhes sobre o termo dentro do contexto em que trabalhamos aqui, podem ser encontrados e devidamente explicados no capítulo 3 de *Liberalismo e sindicato no Brasil*, de Luiz Werneck Vianna.

pauta do trabalho como constituição do mesmo, o novo Estado se forma a partir desse arquétipo. Logo, é com esse modelo que o Estado no pós-30 irá se orientar pela questão social, colocando de forma política o trabalho e o empobrecimento das massas como uma tarefa de intervenção estatal e não mais como um encargo policial. Assim como Angela de Castro Gomes coloca: “A missão histórica da Revolução de 1930 e do governo do pós-37 era portanto ‘*salvar a tempo a situação do operário*’, criando um direito trabalhista que o reconhecia como ‘*a célula da vida nacional*’.” (GOMES, 2005, p. 198). O operário é representado como “a célula da vida nacional” devido ao caráter central e valioso que o trabalho detinha dentro desse novo governo. O trabalho tomava tanta importância que até mesmo a proteção do Estado era direcionada para aqueles que praticavam um ofício, fazendo com que o indivíduo somente assim pudesse ser parte do corpo nacional formado. Deste modo, o trabalho entra para uma dimensão intrínseca ao homem brasileiro destinando boa parte da atenção do Estado para estes trabalhadores.

Dentro do período varguista, buscando ainda mais a fundo sobre a relação entre o presidente e trabalhadores e a personificação daquele na autoridade do Estado, podemos relatar um processo de construção dessa imagem superior, mas ao mesmo tempo próxima aos operários. Esse desenvolvimento da figura de Vargas se deu ao longo de todo seu período de governo, entretanto é no Estado Novo que essa prática doutrinária irá se intensificar. É dentro de programas como “*Hora do Brasil*” apresentado por Marcondes Filho (ministro do Trabalho, Indústria e Comércio), que tinha como intenção passar a imagem de que as autoridades falavam com exclusividade para os trabalhadores, fazendo com que cada vez mais a imaginação dos mesmos tivesse uma percepção de pertencimento. O desenvolvimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) nessa mesma época, só deixa ainda mais clara a intenção de apassivamento e doutrinação da população. Outra forma de firmar esse viés de relação direta entre presidente e povo é a formação de um calendário comemorativo, onde em determinados momentos Vargas se dirigia pessoalmente aos cidadãos do Brasil.

Dentro desse calendário fica importante ressaltar o Dia do Trabalho, onde em 1938, Vargas *presenteou* os trabalhadores com a lei do salário mínimo, procurando a partir daí sempre presentear a classe. (GOMES, 2005). É relevante destacar também outras datas de aparição do presidente, como por exemplo, nos aniversários do Estado Novo, no seu próprio aniversário, no 7 de setembro e nas datas comemorativas de fim de ano.

Para além disso, havia uma noção de dever e de retribuição dos feitos que o presidente dava ao povo, é o que podemos chamar de *Ideologia da Outorga*. O entendimento que se tinha sobre os “presentes” de Vargas, era a obrigação de recebe-los, o que criava uma relação de compromisso entre a massa e o governante. Porém, ao mesmo tempo, mas de total relevância para a percepção da outorga, está a retribuição (idem, p. 228), que tinha a intenção de manter a “harmonia social”, mas que na verdade cria uma espécie de apassivação, colocando a classe trabalhadora sob controle do poder do Estado. Para além disso, cria-se cada vez mais uma ideologia trabalhista que valorizava a figura operária nacional, mas que, entretanto, não enxergava aquele que não trabalhava, pois este não fazia parte do mesmo corpo social que o funcionário fazia.

Todas essas publicidades e momentos comemorativos que tinha uma tentativa de aproximação com a classe trabalhadora, se voltavam para o processo de formação da ideia de um Getúlio Vargas que fosse “pai dos pobres”. Embora tivesse um bom diálogo com os operários, nem todos se faziam satisfeitos com as medidas tomadas por Vargas. É possível compreender claramente a dinâmica existente entre os trabalhadores e a autoridade no artigo de Jorge Luiz Ferreira, *A cultura política dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas*. Onde o autor analisa cartas de trabalhadores enviadas diretamente ao presidente. Nestas o empregado – ou não – pedia ajuda superior, porém ao mesmo tempo é possível enxergar uma certa mediação, pois mesmo quando havia um pedido de ajuda, também se criticava nas entrelinhas o novo governo. Enfim, dentro desse artigo é possível avaliar de forma sucinta quão desmobilizada ou ativa era a classe trabalhadora daquela época.

Como já citado aqui, o Estado do pós-30 foi caracterizado como um Estado interventor e corporativista. Sendo assim, uma das principais medidas pensadas dentro desse novo governo foi a questão do espírito nacional, que traz a percepção de coletividade para o todo. É desta forma que o discurso da unidade nacional é pensado e conseqüentemente, no Estado Novo tudo aquilo que “separava” essa união deveria ser deposto, como por exemplo os partidos políticos o foram. Na tentativa de substituir elementos importantes da democracia, o sistema corporativista se constitui, colocando as corporações como as verdadeiras estruturas que poderiam analisar as deficiências da sociedade. Entretanto, os sindicatos, aqueles que deveriam representar e identificar essas deficiências no seio da classe trabalhadora, entravam em um jogo de movimentação institucional, muitas vezes mudando seu arquétipo de instância política agitadora dos trabalhadores. É como Angela de Castro coloca explicitamente em seu livro *A invenção do trabalhismo*:

[...] Os sindicatos eram transformados em órgãos públicos, deixando de ser instituições de direito privado para se constituírem em órgãos de cooperação sob tutela estatal. Mas os sindicatos deviam se restringir às questões técnicas relativas aos interesses e ao bem-estar da vida dos trabalhadores, não se imiscuindo em questões 'propriamente políticas'. [...]" (GOMES, 2005, p. 208,209).

Assim como acima esboçado, houve modelos de sindicatos dentro do período da Era Vargas, como por exemplo, o sindicato livre e autônomo de 1934 a 1935 e o de natureza pública de 1935 a 1946 (VIANNA, 1999). Isso tende a ocorrer devido ao processo de desenvolvimento e *intensificação* do aparelho corporativista deste governo e as diferentes formas que o mesmo se direcionou para atuar em determinados momentos do período.

A aparente liberdade de atuação dos sindicatos de 1934 a 1935 se fez devido a Carta de 34, que daí possibilitou essa autonomia, embora esta ficasse mais no papel do que na prática, pois ao mesmo tempo o Ministério do Trabalho ainda impunha seu controle sob os sindicatos e também contraditoriamente, é nesse mesmo tempo que há uma maior intervenção do Estado dentro do mercado de trabalho. Logo, é realmente fictício toda essa livre atuação sindical que foi ofertada pela Constituição de 1934. Já de 1935 a 1946 há uma mudança reveladora dentro dos espaços sindicais. Os sindicatos, a partir desse período são de natureza pública, entretanto, o Estado vai exercer total controle sob o mercado e é nesse período que a noção corporativista entrará em seu auge (VIANNA, 1999). Logo, a atuação dos sindicatos se torna totalmente restrita ao bem-estar dos trabalhadores.

Ainda dentro do período de 1935-1946, temos uma maior publicidade do sindicalismo por parte do Estado, tendo como iniciativa a aproximação de mais trabalhadores organizados em seus sindicatos, a intenção era conseguir uma maior "disciplinarização da população trabalhadora" (GOMES, 2005, p. 237). É dentro dessa ideia que o governo elaborou espaços de lazer apenas para aqueles trabalhadores que fossem organizados em seu sindicato, tentando de certa maneira atrair os trabalhadores para uma organização sindical. Além disso, já no pós-42 foi criado também o Imposto Sindical e a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), que trabalharia em torno de conseguir aumentar a atuação do movimento operário e sindical nacional.

Prosseguindo, é dentro do período da Segunda Guerra Mundial que o Estado cada vez mais se tornou repressor e interventor do mercado. Por muitas vezes, Vargas se dirigiu aos trabalhadores nacionais usando um discurso motivador de produção, porém ao mesmo tempo várias leis trabalhistas estavam sendo revogadas. Assim como Angela de Castro expõe corretamente no trecho:

"Os trabalhadores, portanto, viviam um momento político muito especial. De um lado, eram forçados a trabalhar em condições em que não tinham vigência vários direitos sociais já garantidos por lei, e, de outro, eram conclamados a assumir um papel central na '*batalha da produção*' desencadeada justamente pelo homem cujo maior título era o de ter outorgado estes direitos sociais. [...]" (GOMES, 2005, p. 225).

Dentro desse período, havia certa resistência de grupos de trabalhadores que procuravam, através de reclamações e operações-tartarugas em seus postos de trabalho, enfrentar todos as precariedades impostas pelo governo (GOMES, 2005, p.226). É evidente que não se pode generalizar ao ponto de reconhecer uma total inércia da classe. Entretanto, mesmo com essa perda constante dos direitos haviam trabalhadores completamente submissos ao Estado, trabalhadores estes que vão acreditar nas mediações feitas entre a classe operária e o governo estatal. Esse perfil de empregado era de certa forma majoritário e é a partir desse período (1939-1945) que ganham mais força e mais massa, tendo cada vez mais adesão como dirigentes sindicais, que estavam diretamente articulados com um Estado repressor e apassivador da classe trabalhadora. Essa parte de trabalhadores que detinha o poder dos sindicatos em suas mãos através do relacionamento do Estado varguista, transformavam essa instituição de liderança do movimento operário em o que podemos denominar de *sindicatos pelegos*, justamente porque estes eram mantidos com uma ideia de conciliação entre a classe trabalhadora e o Estado burguês.

É dentro desse contexto histórico, com uma enorme ambiguidade dentro da figura personificada de Vargas no Estado e sua relação tanto com as facções burguesas quanto com a classe trabalhadora, que o presente trabalho tem como objetivo principal avaliar em primeiro lugar a perspectiva da ação do movimento de massas que foi a ANL em 1935. Em um segundo ponto, temos como propósito esboçar a estrutura dos sindicatos durante todo o período, buscando examinar a razão do forte apassivamento dessa importante instituição. Por fim, pretendemos colocar as nuances entre esses dois tipos de mobilização de classe, sem ignorar a relevância de ambas para o processo de amadurecimento dos trabalhadores. Tentaremos sempre

pontuar o quão problemático foi para as classes subalternas o aparelhamento de seus sindicatos e a repressão dos movimentos, impedindo assim, a ação em favor das reivindicações populares.

## 2. ARTICULAÇÕES DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL

Para que exista uma mobilização das classes subalternas é necessário que esteja colocado de forma clara dentro da sociedade as demandas mais importantes e imediatas dessas classes, isso faz com que se crie uma consciência que gera a *práxis* dos indivíduos. É com esse ideário que o sindicalismo se estruturou ao longo do século XX e foi nesse mesmo período que esse tipo de movimentação se perdeu.

O anarco-sindicalismo foi uma das formas de mobilização que preparou dentro da classe operária uma embrionária consciência que impulsionava os trabalhadores a um enfrentamento da ordem para ter suas demandas atendidas. Porém, os anarco-sindicalistas não entendiam essa movimentação de forma organizada por partidos políticos. Durante os anos 1920 há uma crise dentro dessa linha estrutural de sindicatos. E com a ascensão do comunismo e a criação do PCB em 1922, o anarco-sindicalismo deixa de ser majoritário dentro do movimento sindical. A ideologia política comunista, assim como a anarco-sindicalista, irá pautar um enfrentamento da ordem, levando a uma derrubada do poder burguês. Entretanto, é dentro do pensamento comunista que a consciência de classe conseguirá se desenvolver melhor. A organização partidária aqui, se torna importante para que se mantenha uma maior disciplina e centralização.

A decadência da hegemonia dos comunistas no movimento sindical pode se dar, ao nosso entendimento, por vários processos ao longo do tempo que levaram a uma desmobilização dessa base. O desfecho desse processo se deu em 1980 - assim como Giovanni Alves coloca em seu ensaio, *Sindicalismo e utopia social no Brasil do século XX: breves considerações sobre anarquistas, comunistas e novos sindicalistas*<sup>3</sup> – que pode ter como motivo o desenvolvimento avançado do capitalismo no Brasil ao longo do pós-64 e a crise do movimento sindical comunista de forma internacional. Porém para além disso, cabe ser ressaltado a importância do modo sindical corporativista do primeiro governo varguista, que cumpre um papel essencial para a desmobilização das instituições sindicais, principalmente dentro do Estado Novo, que é onde cada vez mais se intensifica a repressão para aqueles que contestavam a ordem governamental. Mesmo entendendo aqui que a atuação dos comunistas foi extremamente significativa na Era Vargas para que houvesse uma resistência classista ao governo, não se pode negar que nacionalmente o processo de corporativização atingiu diretamente na atuação dos mesmos no cenário político.

Um ponto central para se compreender esse processo de desarticulação dos comunistas nos sindicatos é o modelo dos “novos sindicalistas” que Giovanni Alves aponta em seu texto. O desenvolvimento desse novo modelo sindical acaba se estruturando de uma forma completamente diferente dos modelos antigos, colocando a cooperação entre as classes como forma de conseguir pautar as demandas da classe operária. Ou seja, acaba-se o enfrentamento para conseguir levantar as reivindicações e também se acaba a contestação da ordem vigente. Há uma conciliação entre os grupos em sociedade. Pode se compreender melhor com o trecho do ensaio de Giovanni Alves:

“[...] Todas as utopias sociais que alimentaram o sindicalismo no século XX eram ideologias de luta de classes na produção. Na medida em que a *ideologia da parceria* tende a substituir a *ideologia da luta de classes*, principalmente no plano sindical, o proletariado tende a suprimir, em si e para si, o seu próprio espaço de *reconhecimento de classe*, de sujeito de direito no interior da ordem do capital.” (ALVES, 2003, p. 29).

O que coloca a Era Vargas como um processo crucial para a queda do sindicalismo comunista e o surgimento de um novo modelo, é justamente essa característica de parceria entre o operário e o governo. Mas também a alternância na forma com que o operariado se posiciona a partir desse momento dentro da ordem capitalista. Ou seja, o surgimento cada vez maior de sindicatos pelegos naquele contexto e também o embrião da consciência de classe que não se desenvolveu por completo nos anos 30, tudo isso possibilitou os episódios históricos que se estruturaram posteriormente.

### 2.1 – MOVIMENTAÇÕES DE MASSA E A ANL

---

<sup>3</sup> O ensaio é referente ao livro *Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX*, tem como organizadores: Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa.

O período de 30 se deu, como já explanado antes, entre um momento de crise mundial do liberalismo e a falta de otimismo nesse sistema. Ao longo desse período ocorreu uma ascensão das ideologias fascistas no mundo, estas se colocaram dentro da ação política nas sociedades. No Brasil da época esse pensamento fascista foi representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB), sendo esta criada em 1932. Os pontos de maior articulação da AIB foram no centro-sul do país e principalmente entre as camadas médias urbanas (DEL ROIO, 1990). Não nos cabe aqui, dar atenção para como se estruturou a AIB e como foi sua atuação nos estados brasileiros. Entretanto, é importante ressaltar sua existência para que possamos compreender a reação contrária das organizações partidárias e do movimento operário da época.

Com essa nova articulação integralista agindo nas camadas médias da sociedade e a mesma tendo como foco o confronto com as classes subalternas revolucionárias, houve um desdobramento de movimentações antifascistas em diferentes localizações do país. Aqui, com nosso destaque, colocaremos a atuação da Frente Única Antifascista (FUA) tendo suas manifestações no estado de São Paulo.

A FUA foi criada em 1933 e teve um tempo muito pequeno que atuação, chegando ao seu fim logo em 1934. Essa frente tinha uma série de complicações, principalmente por divergências ideológicas entre comunistas e trotskistas. Com isso, logo em seu início a frente se encontrou estagnada. Porém, é importante ressaltar a atuação da FUA no confronto contra os integralistas, estes que se colocavam nas ruas e nos espaços políticos de São Paulo para causar o afastamento e a desmobilização do movimento operário.

Assim como Marcos Tadeu Del Roio coloca em seu livro, *A classe operária na revolução – A política de alianças do PCB: 1928-1935*, a FUA foi uma movimentação política e social que daria segmento na ANL, mesmo esta última tendo atuações para além da classe operária. Assim como se explica no trecho: “[...] No que se refere ao processo social brasileiro a FUA foi uma precursora da ANL, sendo que esta última seria orientada por uma política de alianças que extrapolaria as classes subalternas, [...]” (DEL ROIO, 1990, p. 242). E tendo sua continuidade na citação:

“Deste modo, pode-se dizer que houve uma mudança de linha e de encaminhamento político entre a desarticulação da FUA e a construção da ANL, mas existe, ao mesmo tempo, uma continuidade em termos de processo social das classes subalternas que resistiam à corporativização e à instauração da ditadura, [...]” (idem, p. 242, 243).

Ainda em 1934, o movimento operário deu uma guinada, talvez pela vigência de uma nova ordem institucional que reconhecia os sindicatos com autonomia e pluralidade, por mais que essa nova Carta se colocasse de forma bem ambígua, assim como veremos mais para frente. Nesse mesmo ano a Aliança Nacional Libertadora (ANL) começara a dar os seus primeiros passos, mas é em março de 1935 que a mesma surge oficialmente. O impulsionamento desse movimento se deu devido a sua composição, que de certa forma aglutinava uma parte da sociedade que não estava nada contente com o rumo do governo brasileiro. Embora tenham participado dessa frente membros da classe operária e das classes subalternas assim como na FUA, a ANL também tinha uma adesão grande da classe média, – essa dividida entre aliancistas e integralistas - de partidos políticos, inclusive é o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que irá ter maior destaque em atuação dentro da organização, juntamente com os tenentes, muitos deles vindo de uma atuação anterior nos anos de 1922, 1924 e 1930 (VIANNA, 2003). Sendo estes últimos também considerados importantes para a evolução da ANL devido à grande adesão nacional que estes proporcionaram ao longo de suas mobilizações passadas e muitos dos que aderiram ao movimento viam no governo de Vargas uma não realização do projeto que defenderam na revolução de 1930. Além destes, também atuavam no movimento, os liberais, os anarco-sindicalistas e trotskistas.

A ANL foi construída dentro de um programa nacionalista e democrático, que se colocava contra o imperialismo e o integralismo e que pautava uma alternativa de programa nacional-popular. Certamente, houve uma adesão muito rápida ao movimento, o que fez com que a ANL crescesse surpreendentemente em poucos meses. Tendo, por sua vez, como uma de suas maiores lideranças Luís Carlos Prestes, que nessa época já militava no PCB, um grande nome que causava a aproximação de muitos tenentes tanto para dentro da movimentação aliancista quanto para o Partido. Este foi indicado logo na formação da organização para ser o presidente de honra da mesma, recebendo total apoio dos militantes que tinham um forte sentimento de afeição por ele. Prestes tinha um papel muito importante para a ANL e principalmente por ser uma figura pública, o mesmo acabava sendo personificado na figura de liderança do movimento, sendo por vezes citado como o “Cavaleiro da Esperança”, o que facilitava também no engajamento de novos militantes civis. A personificação de uma pessoa, não é nada muito diferente dos modelos de lideranças da época, podemos enxergar isso



sobretudo na figura de Getúlio Vargas. Este último a quem Prestes denunciava constantemente por sua atuação de governo com aspectos que flertavam com o fascismo.

Um ponto culminante para o processo de desarticulação da ANL, que será tratado melhor posteriormente, foi com certeza, a implantação da Lei de Segurança Nacional (LSN), que foi aprovada em 1935, um pouco depois da formação oficial da Aliança. Tendo em vista todo o objetivo da LSN, colocando como crime quase que qualquer forma de oposição ao governo vigente, percebemos essa lei como um ponto muito estratégico, onde fica cada vez mais claro de observar os aspectos de um governo ditador, que se agravaria a *posteriori* com a chegada do Estado Novo.

Entre os militares organizar-se na ANL era cada vez mais difícil, principalmente por conta da LSN, que prejudicava a atuação da base dos militantes a conseguir progressivamente a aproximação com outras pessoas. Podemos compreender esse contexto de invalidade entre os militares com o trecho: “A organização da ANL nos quartéis foi logo colocada na clandestinidade com a desmobilização de militares feita em 11 de maio, com base na recém-promulgada LSN, o que teve o efeito de estimular a prática conspirativa nas bases militares da ANL antes mesmo da organização ser colocada fora da lei.” (DEL ROIO, 1990, p. 288).

A ANL passou a aglutinar cada vez mais atuações divergentes, sendo assim, foi construída literalmente uma frente ampla de ação contra o imperialismo, o integralismo e contra o governo corporativista de Vargas. Por seu caráter heterogêneo, a Aliança não se propunha como uma organização partidária, mesmo apresentando um projeto político. Assim como afirma Marly Vianna<sup>4</sup> em seu trabalho: “Além do declarado caráter *não-partidário* da organização, que era sempre frisado, a aliança nascia com uma ambiguidade básica: apresentava um programa de governo, mas não colocava a questão do poder, repetindo sempre que não o almejava. [...]” (VIANNA, 2003, p. 37). Ainda assim houveram intensas propagandas no decorrer do tempo em que a ANL esteve ativa, buscando intitulá-la como comunista a serviço do comando soviético. Entretanto, os aliancistas por várias vezes se pronunciavam buscando lembrar os tipos de atuação da organização, que procurava se livrar do imperialismo que atrasava o crescimento nacional, mas que não se posicionava contrária a constituição e que sobretudo, não eram comunistas.

O manifesto de Prestes do dia 5 de julho, é um ponto crucial na trajetória da ANL. Sem o reconhecimento do partido e nem da direção aliancista, foi pronunciado o manifesto, este tinha uma análise sobre a conjuntura política da época, recordando a ação combativa anti-imperialista e anticorporativista através da luta armada. Porém, no fim do pronunciamento, Prestes colocou a ideia de uma reação popular rumo a uma revolução das massas. Assim como na passagem: “[...] concluía que ‘marchamos, assim, rapidamente à implantação de um governo popular revolucionário [...]’, e que ‘a ideia do assalto [ao poder] amadurece na consciência das grandes massas’. Finalizava o manifesto tornando pública a palavra de ordem de ‘Todo o poder à ANL.’” (DEL ROIO, 1990, p. 293). Esta certamente foi uma leitura um tanto quanto equivocada do cenário político brasileiro. Pois, mesmo com uma adesão muito grande ao movimento aliancista, ainda existia uma classe operária em processo de desenvolvimento de sua consciência de classe, o que talvez fizesse com que o discurso não se colocasse de forma tão expressiva para se desembocar em um “assalto ao poder”. Não queremos cair em uma visão etapista dos processos revolucionários, porém entendemos que faz-se correta a citação:

“[...] Para se conseguir tais objetivos era necessário um período relativamente longo de acumulação de forças e de fortalecimento da sociedade civil, que permitisse a entrada das massas agrárias na política, ampliando o estatuto da cidadania e que enriquecesse a criação cultural. A partir daí o projeto democrático revolucionário embutido no programa da ANL poderia se tornar uma estratégia ofensiva de ruptura com a ordem social existente, que levasse ao desenvolvimento das forças de produção capitalista sob a direção de um Estado democrático, configurando uma alternativa nacional-popular.” (idem, p. 294).

Com a LSN já em voga, o manifesto de Prestes e principalmente sua palavra de ordem: “Todo o poder à ANL”, foram considerados como um ato de insurreição da parte da organização, o que fez com que se adiantasse aquilo que Vargas a muito tempo queria. Sendo assim, no dia 11 de julho, a ANL foi colocada na ilegalidade, vários dirigentes foram detidos e mesmo quando todos estavam esperando uma mobilização geral da sociedade brasileira, nada disso ocorreu. Se houve tentativas de greves certo que foram reprimidas, porém, no geral a massa ficou estagnada e não houve reações grandiosas.

---

<sup>4</sup> Este trabalho também faz parte do livro *Corações Vermelhas: Os comunistas brasileiros no século XX*.

Sendo posta na ilegalidade, a ANL perdeu bastante apoio, ficando reduzida principalmente ao PCB e a uma base pequena entre os tenentes mais revolucionários da época, que acompanhavam os passos de Prestes. Mesmo com a perda de militantes, a ANL se posicionava de forma insurrecional, pautando a necessidade da luta armada. Porém, mesmo com greves sendo puxadas dentro dos sindicatos, estas mobilizações perderam o caráter pontual que levassem à adesão da classe operária, pois essas manifestações buscavam principalmente aglutinar pessoas para ser possível um levante das massas que se colocavam em oposição ao governo. Assim como já era de se esperar, houve uma segregação da ANL em sua direção comunista. “O fato é que a dura situação de clandestinidade, somada à fragilidade da mobilização popular, determinou uma situação de isolamento da direção comunista nos preparativos da insurreição, [...]” (idem, p. 299).

Com a ANL na clandestinidade e com a perda da base da organização, decidiu-se por formar uma frente política, que teria como finalidade substituir a ANL e manter uma atuação centrada na oposição ao governo corporativista de Vargas, visando um ataque insurrecional ao mesmo. Deu-se início assim, em São Paulo, à Frente Popular por Pão, Terra e Liberdade. Frentes populares foram sendo criadas em vários estados do país, visando a volta de uma união mais ampla (DEL ROIO, 1990). Enquanto isso, Getúlio Vargas tentava manter uma aproximação com militares, tendo como objetivo maior a eliminação das bases de militares que ainda eram aliancistas.

Mesmo com todos os problemas que vinham sendo enfrentados, as lideranças do movimento ainda entendiam a necessidade de um ato insurrecional e além disso, estavam confiantes em uma possível vitória. Assim como Marly Vianna pontua em seu trabalho: “Por mais absurdo que hoje possa parecer a perspectiva de uma vitória insurrecional em 1935, era um dado real para os que viveram a época. [...] E o prestígio do Cavaleiro da Esperança aumentava ainda mais com as decepções com o movimento de 1930, que ele, na ocasião, desmascarara.” (VIANNA, 2003, p. 58).

Diante de um quadro social bem problemático e de uma forte desmobilização foi que se estabeleceu o ataque da frente popular no Nordeste do país. Na cidade de Natal – RN ocupou-se o quartel do 21º BC, o que culminou para uma mobilização nas cidades vizinhas (DEL ROIO, 1990). Toda essa movimentação se fazia em nome da Aliança e para que se tivesse uma continuidade do programa original da revolução burguesa de 1930 em que muitos ali lutaram, mas já em 1935 era nítido de se enxergar a situação de ambiguidade no comando do governo varguista. O ato insurrecional foi vitorioso por algum tempo dentre algumas das cidades nordestinas em que as ações foram efetivadas. Entretanto, devido a uma desorganização interna, mas também ao vasto espaço territorial do país a notícia de que teria se dado início a ação insurrecional no Nordeste foi comunicada com atraso ao Comitê Central do PCB. Sem nem mesmo saber a dimensão em que se ocorria a ação da frente popular, foi decidido que deveria se trazer para o Centro-Sul do país essa ação mobilizadora de insurreição. Porém, todo o tipo de movimentação da chamada Intentona de 35 foi reprimida ao ponto de não ter nenhum efeito entre a população central do país. No meio de toda essa concentração de ação para a tentativa insurrecional, foi decretado por Getúlio Vargas o “estado de sítio” no país. As lideranças da ANL foram presas, colocando a movimentação do Nordeste em apassivamento o que culminou no seu fim (DEL ROIO, 1990).

É importante ressaltar aqui, que o decreto de ilegalidade da ANL era temporário, mas que mesmo assim houve um afastamento de sua base, tanto pela forma com que o discurso aliancista se voltara cada vez mais para uma tomada do poder de forma insurrecional, – o que causou um afastamento dos liberais, por exemplo – quanto pela clandestinidade em que a organização foi posta. É evidente que, assim como dito antes neste trabalho, houve uma leitura equivocada da conjuntura da época, o que ajudou a adiantar aquilo que o governo varguista já estava planejando para ser feito posteriormente. Fato é que não podemos colocar esse deslize como o único propulsor do fechamento da ANL, uma vez que a organização já estaria sendo visada pelo governo. Porém, entendemos que o Manifesto de 5 de julho foi um dos pontos cruciais para a ilegalidade da organização aliancista. Entretanto, acreditamos que a clandestinidade da ANL seria um passo a ser dado para conquistar algo maior, ou seja, um Estado autoritário. É desta forma magistral que Marcos Del Roio aponta em seu livro:

“Pode-se dizer que a declaração do estado de sítio foi o terceiro passo, depois da promulgação da LSN e da ilegalização da ANL, no sentido do estabelecimento de um Estado ditatorial que definiria a via “passiva” da transição capitalista na formação social brasileira. A bárbara repressão desencadeada pelo Estado, não só contra os comunistas, mas contra toda a sociedade civil que resistia ao projeto corporativo e à via do desenvolvimento capitalista pelo “alto”, inviabilizou a maturação de uma alternativa nacional-popular que se definisse em torno da questão democrática. Assim, independentemente da participação ou opinião sobre o levante da ANL, anarquistas, marxistas e liberais começaram a ser detidos

em massa. Antes mesmo de novembro terminar, toda a direção da ANL estava presa e também vários intelectuais, [...]” (idem, p. 310).

O último ato de Getúlio Vargas para que se concretizasse o que o mesmo planejara foi a imposição do “estado de guerra”, onde foram presos vários militantes e políticos com proximidade aos comunistas. Logo em seguida, agora em 1937 se estabelecera o Estado Novo. O governo ditatorial que regularia o trabalho, apassivaria a classe operária e as classes subalternas cada vez mais, fazendo com que a consciência de classe não se desenvolvesse entre essa massa. Logo, o processo de maturação da mesma se encontraria cristalizado naquilo que entendemos como conciliação entre o trabalho e o Estado/capital. Assim como Werneck Vianna aponta: “[...] após a chamada Intentona de 35, o movimento operário não terá força para transgredir a legalidade que lhe foi imposta; o Estado assume forma plenamente corporativa, estendendo a sua ação reguladora e disciplinadora sobre todos os fatores envolvidos no mercado.” (VIANNA, 1999, p. 67).

A movimentação que se estendeu através da ANL foi um marco dentro da história e dentro do contexto da Era Vargas, justamente por se tratar de uma alternativa construída de forma heterogênea, que buscava retomar aquilo que não tinha sido terminado em 1930, com uma ação anti-imperialista. Por conseguinte, com todas as controvérsias e com todos os equívocos, a Aliança foi um polo de atividade que conseguiu pautar o mínimo de reação entre a tão embrionária consciência da classe operária e de seus sindicatos. Porém, com o fim da ANL até os mais avançados na construção da luta revolucionária da época – o PCB – se encontraram imersos no meio de todas as repressões e aparelhamentos. Fato é que o projeto de mobilização da libertação nacional de forma insurrecional falhou e isso se desdobrou diretamente na perpetuação da ordem burguesa brasileira.

## **2.2 – O SINDICALISMO E SUAS NUANCES DENTRO DA ERA VARGAS**

É evidente que o desenvolvimento industrial é de suma importância para que se desperte a atuação política entre as classes subalternas e isso se comprova ao longo de todo o tempo dentro da História. A sindicalização é um passo significativo para a experiência de reivindicação dos trabalhadores. Entendemos que é dentro dessa instituição que o operariado consegue se formar na prática política dentro do seu cotidiano. O sindicato é valioso em uma sociedade para que, acima de tudo, as demandas dos trabalhadores sejam ouvidas por um órgão superior. Ou seja, na teoria era isso que deveria acontecer. Compreendemos - assim como coloca Evaristo de Moraes Filho em seu livro *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos* - que a atuação organizada dos sindicatos se deu de forma mais abrangente dentro do pós 1930. Entretanto, não podemos descartar a grande atuação dos trabalhadores na década de 20, que mesmo passando por um processo embrionário da industrialização brasileira, era forte a ação da classe operária recém-formada, principalmente dentro das grandes cidades urbanizadas do país. Outro ponto interessante que é colocado por Evaristo é o estouro da Revolução Russa, que teve reverberação internacional. Aqui no Brasil não seria diferente, principalmente dentro de espaços mais desenvolvidos, onde havia a maior concentração de operariado do país. Pode se observar esse impacto dos soviets nacionalmente pela formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. A formação do partido só reafirma o processo de desenvolvimento em que se passava o Brasil, desenvolvimento este que afetava, além das camadas operárias, o pensamento intelectual e crítico, influenciando no fomento da teoria das lutas de classes nacionalmente.

É muito comum que a história da classe operária anterior a 1930 seja esquecida ou vista de uma forma insignificante. Isso é devido principalmente ao processo de ruptura com o passado nacional que se estendeu ao longo da Revolução de 30 e se intensificou com a ditadura de 1937 (MORAES FILHO, 1978). É importante ressaltar de que houve sim uma movimentação da classe trabalhadora antes de 1930 no Brasil. Sendo assim, é possível afirmar que já teriam sido conquistadas algumas leis trabalhistas. Em 1926 já ocorria uma manobra para que o Estado começasse a legislar sobre a questão do trabalho. Para além disso, era apenas necessário que houvesse um controle maior sobre a execução das leis dentro dos espaços de trabalho. É certo que esse controle só foi obtido de forma mais estável a partir de 30, por conta da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Logo, em 1931 com a formação do Departamento Nacional do Trabalho a questão social, que antes era tratada como um caso da polícia, passou a ser compreendida como uma questão política que cabia à administração do Estado.

### **2.2.1 – Período de 1930-1933**

O primeiro período da Era Vargas (1930-1933) é marcado pelo princípio de uma sindicalização que viria a ser um dos maiores aparatos políticos do Chefe de Governo. É em 1931 que se regulamenta a instituição

sindical no país. “E assim a 19 de março de 1931, pelo decreto 19.770, regulava-se a sindicalização das classes patronais e operárias. [...]” (MORAES FILHO, 1978, p. 220). O que compreendemos e defendemos, para além de todas as questões jurídicas, é que as condições colocadas dentro do decreto de 1931 sobre a sindicalização não vão ser modificadas de forma radical ao longo do período Vargas, pelo contrário, só vão cada vez mais se intensificar. Podemos colocar aqui como um exemplo a proibição da propagação de ideologias políticas, sociais e religiosas. Um veto que ainda prevaleceu durante toda a época varguista, com a única modificação de que ao longo do tempo essa isenção de ideologias se colocou de forma muito mais repressiva do que em seu início, por conta do caráter ditatorial que se transformou o regime.

Sobre as particularidades da estrutura dos sindicatos, em 1931 é estabelecido o formato de uma unidade sindical, que irá desfragmentar as frações de empregadores e empregados. Formou-se, desta forma, sindicatos por profissões que são similares e/ou conexas entre si. Podemos compreender melhor essa união das profissões com o trecho: “[...] se manifesta Joaquim Pimenta: ‘Coerente com o pressuposto de que o sindicato é o único órgão representativo da profissão e tomada esta como unidade social, [...] estabeleceu-se o princípio da unidade sindical, isto é, que para as profissões idênticas, similares ou conexas, só se deveria, em cada classe, admitir-se um sindicato.’” (idem, p. 225).

Outros pontos importantes, como a autonomia sindical e a liberdade sindical passam pelo que já afirmamos de que dentro de todo o período não vão obter grandes mudanças, vão apenas se intensificando até chegar no regime ditatorial do Estado Novo. Com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a autonomia dos sindicatos era dada como real, porém isso era apenas colocado em teoria. Na prática, a sindicalização estava diretamente conectada com o Estado, sendo visado constantemente pelo Ministério. Ou seja, a autonomia sindical não passou de uma falácia ao longo deste período devida a tutela do Estado, que limitava o sindicato a representação de interesses de profissão, tirando completamente seu caráter político-ideológico e sendo alheio a partidos políticos. Com relação a liberdade sindical era de fato verdadeiro que os trabalhadores não precisavam ser ligados aos seus sindicatos. Porém, desde 1932 os privilégios dos trabalhadores sindicalizados eram maiores, assim como Evaristo Moraes coloca em seu livro: “Embora não se obrigasse ninguém a ingressar em um órgão de classe, gozavam os sindicalizados de certos privilégios [...] Assim é que, pelo art. 1º, do decreto 22.132 de 25 de novembro de 1932, somente poderiam apresentar reclamação perante as Juntas de Conciliação e Julgamento os **empregados sindicalizados.**” (idem, p. 224).

O decreto de 19.770 (1931) foi de suma importância para a organização dos trabalhadores e profissionais da época. É evidente de que teve inúmeros problemas e que estes só foram se agravando ao longo do governo varguista. Não queremos expressar um juízo de valor sobre a lei, compreendemos sua relevância, pois foi um passo considerável, entretanto é necessário – repetimos - reconhecer também que esta é apenas uma etapa de um processo que vai se degenerando ao longo de todo o controle de Vargas no poder. Retomando do início, é interessante uma citação para se resumir de forma sucinta e clara o que foi este decreto:

“Aplicando-se os diferentes tópicos componentes da liberdade sindical ao regime de 19.770, podemos encará-lo da seguinte forma: a) sindicalização facultativa, e não obrigatória; b) trazendo o sindicato para a órbita do Estado, como seu colaborador e órgão consultivo, limitava-lhe de muito a autonomia sindical; c) a forma de sindicalização adotada era a da unidade sindical e não a da pluralidade sindical.” (idem, p. 224).

## 2.2.2 – Período de 1934-1936

No ano de 1934 foi inaugurada uma nova Constituinte e um novo decreto que proporcionava mudanças para o cenário de questões referentes ao sindicalismo no Brasil. Ao longo deste segundo período as três questões principais que aqui abordamos: a liberdade, a unidade/pluralidade e a autonomia sindical, serão retomadas novamente para pensarmos esse novo momento da Constituição e do governo de Getúlio. A Constituinte de 34 irá sofrer, em certos aspectos, influências católicas e também liberais, o que fará com que seja criticada por intelectuais da época, como por exemplo, Oliveira Vianna. Algumas mudanças deste novo decreto (24.694) para o antigo (19.770) trarão alterações apenas sistemáticas para a questão da sindicalização nacional. Vejamos.

Dentro da Constituinte de 34 houve uma passagem de unidade para um *pluralismo* sindical. Evaristo de Moraes coloca em seu livro a grande influência católica para que se efetivasse a pluralidade entre os sindicatos. Sim, de fato, houve uma aclamação por essa mudança e no documento do decreto 24.694 foi colocado como vigente o pluralismo sindical, entretanto, havia uma limitação de três sindicatos por profissão, o que nos comprova de que apesar de haver uma pluralidade, esta não se colocou de forma completa, na verdade foi limitada por lei. Para além disso, por questões referentes a números de sindicalizados, poderiam existir no

máximo dois sindicatos de uma mesma profissão. Desta forma, ocorreu o que está posto no trecho: “[...] Nunca chegamos a ter – repita-se – uma verdadeira e profunda pluralidade sindical. Vivemos simplesmente uma ligeira e limitada experiência dualista...” (MORAES FILHO, 1978, p. 230,231).

A questão da autonomia sindical dentro da Constituinte de 34 se coloca de forma muito mais ambígua do que antes. Diante do decreto 24.694 era posto que os sindicatos eram dotados de uma completa autonomia e de fato o era, no papel. No cotidiano prático da sociedade brasileira os sindicatos não só estavam sendo cada vez mais cooptados pelo Estado como a este cabia sua administração. A autonomia sindical acontecia dentro de limitações prescritas em leis que deveriam ser seguidas, pois só assim a instituição conseguiria o *reconhecimento* do Ministério. Cabe ressaltar a citação: “[...] A autonomia dos sindicatos tem de se manifestar de acordo com a Lei, e dentro do campo traçado pela Lei. Nem se compreenderia um sindicato, ‘órgão de colaboração com o Estado’, agindo ao sabor de suas tendências que poderiam até se orientar num sentido negativo, traido assim as suas finalidades’.” (idem, p. 234).

Só o fato de que é necessário um seguimento de normas que claramente excluem o caráter político do órgão, alegando a sua “colaboração com o Estado”, mostram o caráter administrativo que o Ministério detinha sob a instituição sindical. Assim como Evaristo de Moraes defende em seu livro, apenas com a obrigatoriedade do reconhecimento dos sindicatos pelo Estado, já se comprova a falta de autonomia dos órgãos sindicais. “A necessidade do **reconhecimento** dos sindicatos já restringe a sua autonomia. Se não for organizado de acordo com a lei, o sindicato não será reconhecido, e, portanto, não poderá funcionar.” (idem, p. 236). O controle do Ministério durante este período sufocou as instituições sindicais a uma administração vinda de cima, muito superior à que já acontecia durante o decreto de 1931. Esse controle do Ministério do Trabalho apenas aprofundou a burocratização do funcionamento dos sindicatos. Como por exemplo, a incumbência de que em cada órgão sindical deveria constar um livro de registros autenticado contendo informações das pessoas que eram sindicalizadas. Além de manter a desaprovação de interações sindicais com organizações que fossem internacionais. (MORAES FILHO, 1978).

A liberdade sindical ainda se mantinha, podendo o trabalhador fazer parte e deixar o sindicato quando bem entendesse. Entretanto, os benefícios daqueles que eram sindicalizados também se fazia presente no decreto de 24.694. Neste período havia uma coerção dirigida aos operários para que fizessem parte de seus órgãos profissionais. Sabemos que este tipo de propaganda será cada vez mais intensificado ao longo do governo varguista, chegando ao seu auge no Estado Novo, onde havia uma necessidade de manter os trabalhadores em seus sindicatos. Porém, isto veremos mais à frente.

Também foi importante dentro da Constituinte de 34 a chamada representação profissional, a qual tinha como objetivo colocar as classes profissionais juntas dentro do Congresso. Podemos compreender melhor o funcionamento deste recurso pela citação:

“Mas a grande novidade criada pela Constituinte de 34 foi a **representação profissional**, das classes junto ao Congresso político, eleito este diretamente por sufrágio universal. Dispunha sobre a matéria o art. 23, do parágrafo 3º ao 9º. Os deputados das profissões eram eleitos na forma da lei ordinária por sufrágio indireto das associações profissionais compreendidas para esse efeito, e com os grupos afins respectivos, nestas quatro divisões: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transporte; profissões liberais e funcionários públicos.” (idem, p. 239).

Ocorreu um aumento de mobilização nas entidades sindicais neste período, principalmente por conta da possibilidade de atuação dentro do Congresso Nacional. Porém, ao mesmo tempo que esse tipo de representação política era de extrema necessidade à classe trabalhadora para que esta pudesse usar esse espaço reivindicativo, os representantes do operariado não eram mais do que apenas fantoches do Estado. (MORAES FILHO, 1978). O fracasso que culminou esse tipo de representação política pode ter ocorrido por diferentes fatores, porém o que podemos de fato confirmar foi o cenário de extrema confusão elaborado pela Constituição de 34, que possibilitou o encontro dos que governavam de cima - ou seja, os deputados eleitos de forma direta - com aqueles representantes da classe operária, os sindicalizados, eleitos de forma indireta.

Resumindo, o período de 1934 foi aquele em que os escritos na Constituição se estabeleceram com formas relativamente liberais, principalmente pelo caráter “plural e autônomo” dos sindicatos. Entretanto, o que defendemos aqui, é que na prática, o que se deu foi um tanto diferente do que era posto na Carta de 34. Assim como já vimos, a pluralidade sindical era muito restrita e a autonomia era colocada a partir de uma administração do Ministério, que burocratizou ainda mais a instituição. Já a liberdade sindical, continuou sendo a mesma, porém ainda assim mantendo o privilégio para aqueles que buscavam se sindicalizar. Para concluirmos mais

este período, podemos sintetizar com o trecho de Werneck Vianna: “[...] em tese, o movimento operário e sindical teve facultada livre atuação sobre o mercado, apesar de não se ter verdadeiramente isento do controle do Ministério do Trabalho; a aparência de emancipação do movimento operário e sindical veio coincidir com a ampliação da política intervencionista estatal sobre o mercado.” (VIANNA, 1999, p. 66,67).

### 2.2.3 – Período de 1937

Com toda a crescente onda fascizante pelo mundo, o Brasil não ficou isolado. Em 1937 o país passava por mais uma nova constituinte. É aqui, nessa etapa, que podemos perceber o auge do corporativismo e do autoritarismo. As medidas sindicais que viemos falando ao longo deste trabalho chegam no seu ápice dentro do Estado Novo, com um governo ditador que colocava o aparato sindical em extrema tutela do Ministério do Trabalho.

Com a completa ascensão do sistema corporativista de Estado, fica claro todo o caráter autoritário da Carta de 37, por isso, não iremos nos delongar aqui sobre detalhes tão minuciosos dentro da Constituição. Vamos apenas tentar esboçar, da mesma forma que viemos pontuando e assim como Evaristo de Moraes coloca muito bem em seu livro, nossos temas centrais que envolvem a sindicalização da época: a liberdade sindical, a autonomia sindical e unidade/pluralidade sindical.

De certa forma, nada mudou dentro da liberdade sindical durante todo esse período varguista. Assim como já foi dito, o trabalhador poderia entrar e sair de sua organização sindical quando quisesse. Entretanto, no atual momento que se passava no país, foi implantado um desconto do salário de todos os operários, inclusive daqueles não eram sindicalizados, que era referente ao *imposto sindical*. Dentro disso, esse imposto era somente válido para aqueles sindicatos que tinham o reconhecimento do Estado.

Todavia, os privilégios para os sindicalizados ainda permaneciam. Foram construídos espaços de lazer para os trabalhadores e seus familiares. Assim como colocado por Evaristo, esses espaços eram mantidos pelo imposto sindical pago por todos os trabalhadores: “[...] criou-se mais tarde o Serviço de Recreação Operária, pela Portaria nº 68, de 6 de dezembro de 1943, cuja finalidade era proporcionar o aproveitamento racional das horas de lazer do trabalhador **sindicalizado** e de sua família. Embora seja mantido pelo imposto sindical, pago por todos, unicamente os sindicalizados gozam dos benefícios desse Serviço. [...]” (MORAES FILHO, 1978, p. 257).

Apesar de toda essa liberdade sindical, procurava-se sindicalizar a maioria de trabalhadores possíveis. Foram feitas campanhas para a sindicalização, com um discurso de proteção nacional e de aproximação dos operários com o governo. As chamadas “campanhas da sindicalização em massa” que Evaristo de Moraes cita em seu livro, são importantíssimas para criar uma ideia de que havia abertura entre o trabalhador e seu órgão sindical. Para além disso, a propaganda para a sindicalização é uma jogada de mestre para manter o apassivamento dos operários, uma vez que um dos discursos fazia uma má referência às ideologias que se colocavam como opostas ao governo vigente. Além do que, é sempre importante para um governo, ainda mais um governo ditador, manter a massa reprimida e com um sindicato totalmente aparelhado. Para o governo corporativista de Vargas isso não seria um problema. É interessante citar um trecho que mostra justamente essa aproximação de governos e seus interesses:

“A verdade, porém, é que se pode aplicar ao – felizmente passado? – Estado Novo, em seus cuidados paternos pelo sindicato a mesma coisa que escreveu Marcelo Caetano, aliás, também corporativista, a respeito das primeiras corporações romanas: ‘O Estado Romano não organizava os **collegia** para benefício dos trabalhadores e sim para os ter mais fortemente subjugados.’” (idem, p. 258).

Já a autonomia sindical - que dentro do período varguista veio tomando uma forma cada vez mais restrita - chegou em seu auge dentro do Estado Novo. Ou seja, os sindicatos eram completamente tutelados pelo Estado, não tinham nenhuma autonomia administrativa. Dentro da Carta de 37, cabia ao Ministério do Reconhecimento dos sindicatos, sendo assim, só os que eram reconhecidos que poderiam ter seu registro. Porém, também era a partir desse processo que o Estado poderia dissolver um órgão sindical. Essa tutela estatal se mostra ainda mais forte dentro desse período de 1937, podemos perceber isso pelo maior controle dos aqui já citados, *livros de registros*, que por sinal, eram obrigatórios para todas aquelas instituições sindicais admitidas. É dentro desse material – e dentro de muitos outros métodos, como ainda vamos ver – que era exercido o domínio do Estado sobre a instância de sindicalização.

Outra questão que envolve essa imposição de domínio estatal certamente foi a estrutura que se abarcava as eleições sindicais. Consideramos as eleições um modo de renovação das instituições, tanto para

bom quanto para ruim, isso de fato, não nos importa no momento. Entretanto, dentro do Estado Novo, essa suposta renovação só aconteceu na teoria. Assim como Evaristo de Moraes aponta, as eleições sindicais se encontravam dentro de um plano metafísico, uma vez que só conseguia ser nomeado aquele que o Ministério achasse melhor. Para que possamos compreender de forma estrutural o processo, cabe aqui uma citação:

“[...] nenhuma diretoria é empossada sem que a respectiva eleição seja aprovada pelo Ministro [...] Para tanto, há um processo especial, constituído das atas das listas dos eleitos, com todas as provas indispensáveis a respeito das suas qualificações e das suas ideias. Depois de tudo examinado, é consultada a Delegacia especializada sobre a ideologia dos eleitos. Só então podem ser aprovadas as eleições, mas sempre a critério do Ministro [...]” (idem, p. 266).

Avançando, podemos pontuar mais um método de coibição dos sindicatos que, com certeza, foi a obrigatoriedade de abstenção dos sindicatos em lutas políticas. A título de exemplo, podemos citar a proibição, dentro da Carta de 37, às greves. Uma vez que, a mobilização de greves é um ato de movimentação das classes trabalhadoras e subalternas, fica mais do que claro que dentro de um governo ditador essa motivação fosse completamente reprimida e tachada de atentado de ação contrária ao trabalho nacional. Dentro desse tipo de proibição também se encaixava os dissídios coletivos, pois são a partir desses processos de reivindicação que se modifica o raciocínio da classe trabalhadora, fazendo com que esta se rebele contra o governo, sendo assim, cabia ao mesmo reprimir qualquer tipo de ação como essas aqui citadas.

Com essa breve apresentação do que foi a ausência de independência sindical, podemos compreender que o Estado reprimia, dentro e fora dos sindicatos, qualquer tipo de expressão ideológica contrária a Carta de 37. Isto é, a grande instituição sindical era tratada nesse período, como um órgão de interesses que agia da forma com que o Estado quisesse. Isso ocorria devido a entrada cada vez mais intensa do Ministério dentro da organização administrativa dos sindicatos, o que gerava uma escolha de interesses políticos para as representações dos trabalhadores nessa área, os chamados *pelegos*. Estes, estavam em completa conciliação com o órgão de poder superior, o que gerava um forte apassivamento da classe trabalhadora e de suas estruturas sindicais, fazendo com que não existisse um enfrentamento da classe contra o governo. Fica evidente que, neste período, esse aparelho de entidade estava a serviço do Estado, mas para além disso, e de forma muito mais problemática, também estava sendo administrado e tutelado pelo mesmo.

Prosseguindo, dentro do Estado Novo o sindicato se colocava incorporado em um sistema unitário e público desde 1939. Ou seja, apenas poderia existir um sindicato para cada categoria profissional. Podemos usar como referência o pensamento de Oliveira Vianna<sup>5</sup> que apresenta uma visão positiva sobre a aplicação da representação única. O autor acreditava que esse modelo de sindicato estava em completo acordo com a nova Constituição, uma vez que dentro desse sistema poderia haver um controle ainda maior do Estado sobre essa instituição. Ora, assim como Evaristo de Moraes coloca em seu livro, acreditamos que a problemática está muito mais na questão da autonomia sindical do que na unidade ou pluralidade de um sindicato. Posto que, o Estado estabeleceu sua tutela sobre os sindicatos a partir de uma boa intervenção dentro desses espaços, tirando a autonomia e transformando o órgão em um aparelho a serviço do governo, neste momento, a pluralidade ou a unidade não se faz como problema central da questão.

Finalmente, depois de toda essa explanação sobre o funcionamento dos sindicatos dentro do período Vargas, agora podemos compreender melhor a ideia de que falamos no início do tópico. Estamos certos de que houve um processo de intensificação da coerção tanto das classes trabalhadora e subalterna quanto desta instituição de profissões. Depois de todo o transcurso dos períodos de 1930 e 1934, em 1937 chegamos no último estágio dessa série de expansões de repressão e apassivamento dentro do sistema sindical. É dentro do estágio de 37 que o sindicato se torna um órgão totalmente corporativista, por conta da administração do governo, sem nenhuma autonomia dos trabalhadores sindicalizados, o que leva a uma transformação do sindicato em um aparato de serviço do Estado.

Sendo assim, avaliando de uma forma mais ampla - para além do sindicalismo - dentro de todo o período de governo varguista, podemos indicar o movimento de massas aliancista e a Intentona de 35 como as maiores ações que se mostraram dentro de uma oposição. Entretanto, mesmo este movimento não sendo de base sindical, se colocou muito forte entre os trabalhadores e as classes subalternas. Com o fim da ANL e com o trágico desfecho de 35, o apassivamento da classe trabalhadora é inegável, isso se reflete diretamente dentro do

---

<sup>5</sup> Apontamentos referente ao livro *O problema do sindicato único: seus fundamentos sociológicos* de Evaristo de Moraes Filho. Pode ser encontrado nas páginas 269 e 270.

movimento sindical. Pois, para além da tutela do Estado, o Brasil se encontrava dentro de uma forte desmobilização das massas, o que favorecia ainda mais o governo ditador existente na época.

### 3.0 – CONCLUSÃO

Por fim, é necessário retomar aqui, alguns elementos que vão representar o tipo de revolução que se estendeu dentro do processo de mudança do pós-30. Para caracterizarmos esse momento histórico, se torna relevante buscar dentro do Estado de Compromisso todo o caráter conciliador que o governo já se propunha a estabelecer. Ou seja, é dentro dessa estrutura governamental que foi possível uma maior abertura de relação entre as frações burguesas do país com o Estado. Vale pontuar também que é dentro desse tipo de estrutura que o sistema corporativista se instaura, mantendo a centralização e a regulamentação do mercado de trabalho à completa decisão do Estado. Esse novo modelo de sistema implantado só vai nos confirmar a intenção de um maior desenvolvimento da acumulação industrial, sem tomar como importante o problema das classes subalternas. Sendo assim, o pós-30 pode ser analisado como um marco dentro das questões industriais do país, entretanto, também se colocando do lado das frações dominantes, buscando um melhor relacionamento, principalmente com a burguesia industrial, que não se colocou no poder, porém foi graças a Revolução de 30 que esta teve uma ascensão maior. Afinal, é dentro do termo “revolução passiva” usado por Gramsci, que pode ser explicado muito bem o processo que se deu dentro do Brasil da época, que apresentava de forma nítida a intenção de conciliação entre o Estado com as diferentes burguesias, não causando uma ruptura com as classes oligárquicas dominantes do passado, porém buscando um acordo entre as oligarquias novas e as antigas.

Por outro lado, entendemos que houve, uma ambiguidade dentro do governo varguista, tanto por sua aproximação das frações dominantes, quanto pela tentativa de aproximação das classes subalternas ao seu governo. Para isso, é evidente que se teve uma grande adesão aos meios de propaganda, na tentativa de personificar o Estado em Vargas, fazendo com que se criasse uma aproximação entre este e os trabalhadores. O que podemos refletir dentro desse tipo de atuação dúbia é que, de fato, houve uma efetivação de aproximação das classes, porém, essa ocorreu por meio de interesses do Estado. Ou seja, aconteceu para que se pudesse evitar o questionamento e a oposição, para que assim também fosse possível evitar conflitos maiores. Essa espécie de troca de favores – onde podemos explicitar isso dentro da *Ideologia da Outorga* - fez com que grande parte dos trabalhadores aderissem ao estilo de conciliação com o Estado corporativista, criando desta forma, um apassivamento da classe.

Prosseguindo, tentou-se dentro do desenvolvimento deste trabalho, o esboço da avaliação de que a revolução burguesa de 30 proporcionou um rompimento com a história das mobilizações de trabalhadores que ocorreram antes deste processo que culminou em um Estado corporativista. Defendemos que este tipo de ruptura pode ter levado desde o início do primeiro governo Vargas a uma possível desmobilização da classe trabalhadora. Entretanto, não podemos deixar de enxergar todas as atuações que fizeram oposição ao governo vigente dentro desse período, seja essa oposição uma mobilização de massas ou reivindicações mais pontuais dos trabalhadores. Mesmo sendo essas movimentações distintas entre si, acreditamos que estas podem ter uma ligação dentro do período de transição da Carta de 34 para a Carta de 37. Ou seja, com o fim da Aliança Nacional Libertadora (ANL) o apassivamento da classe operária e de seus sindicatos se intensificou ainda mais, uma vez que não existiria dentro da Era Vargas uma mobilização nacional que ganhasse tanta adesão como a ANL ganhou. Desta forma, com a intensificação da administração estatal dentro dos sindicatos, principalmente dentro do Estado Novo (1937), o movimento sindicalizado abandonou todo o seu caráter político, atuando a serviço do governo e não mais a serviço da classe de profissionais que supostamente deveriam representar. Trataremos dessas questões mais adiante.

Desta forma, é dentre as movimentações de oposição que ocorreram no período varguista, que podemos compreender a ANL como uma das mobilizações mais importantes, isto é, se não foi a mais importante e maior. A organização aliancista foi, com certeza, a que mais mobilizou, de forma heterogênea, os campos políticos do Brasil dentro desse período. Essa mobilização contrária ao governo de Vargas foi - apesar de todos os equívocos que neste trabalho já foram citados – crucial para mostrar o poder que as classes subalternas detêm enquanto força de atuação dentro do campo social e político. Optamos por uma revisão da formação da ANL até sua dissolução justamente por ser um marco dentro da Era Vargas, para assim podermos analisar todo seu processo de desenvolvimento reivindicativo nacional, que desde o início já se identificava com a pauta antifascista e anti-imperialista. Apesar de ter tido um enorme sucesso desde sua criação, tendo um grande contingente de pessoas dentro da organização, a ANL não soube articular suas forças de mobilização de forma correta, errando em suas análises sobre a conjuntura da época. Mesmo tendo uma grande parcela da população trabalhadora próxima ou organizada dentro do movimento, a base não estava tão análoga a soluções tão



radicais quanto a ANL se propunha a fazer já próxima de seu fim. Entretanto, todas as propagandas anticomunistas e contra a ANL ajudavam a gerar um operariado dividido, uma vez que, para a sorte do Estado, a adesão do chefe de governo também era bem abrangente dentro da mesma, essa adesão ocorreu mais uma vez, graças a propagandas que se voltavam justamente para a construção de uma imagem boa de Vargas.

A organização de movimentos de massas sempre gerou uma insegurança dentro da Ordem, principalmente porque a classe dominante inseriu os trabalhadores dentro do mercado e desta forma, moldou o movimento operário da maneira a que convinha para aqueles (VIANNA, 1999). Entretanto, quando surgem esses tipos de ações contra o que já estava posto, incomoda e gera conflitos dentro daqueles que detêm maior poder. A participação dentro da militância faz com que os trabalhadores questionem essa ordem e ao mesmo tempo resistam a ela. Sendo assim, por exemplo, a implantação da Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1935, pode ser vista de certa forma, como uma grande manobra para que fosse possível frear o progresso da Aliança pelo país e conseqüentemente para manter a ordem e o controle sobre as massas que estavam se rebelando contra o Estado. De fato, todo o período varguista se coloca como uma imposição do sistema corporativista, disso não há dúvidas, uma vez que este sistema vai ser submetido a ideologias fasticizantes, mostrando assim, a intensificação do aparato corporativista e repressor.

Outra forma de controle do Estado sob as as massas que também buscamos explicar dentro desse trabalho, pode ser enxergada a partir da manobra de inserção majoritária dentro das instituições sindicais, cooptando estes órgãos de atuação e também seus trabalhadores. O que defendemos aqui, é que o aparelhamento dentro dessas instituições construiu um novo tipo de atuação dos trabalhadores. A partir disso, não houve mais dentro desse período, um processo de mobilização sindical com um viés político, causando assim, além do apassivamento dos sindicatos, também a desmobilização da classe operária em sua maioria. Por muitas vezes, o modelo de conciliação se colocou como o único meio possível, formando assim um modo de atuação muito mais passivo do que ativo, ignorando ou rejeitando as mobilizações de luta de oposição.

Retomando um ponto, o que procuramos salientar dentro dessa conclusão, assim como já citado antes, são os tipos de mobilizações e suas particularidades. Dentro do trabalho, deu-se maior atenção para dois tipos de mobilizações, a mobilização de massas, na qual se encaixa a ANL, tendo esta um caráter muito mais nacional, visando mudanças dentro do país como um todo, mas também procuramos desenvolver uma análise sobre a movimentação sindical, esta que é voltada para um viés muitas vezes mais classista de reivindicação. Acreditamos que, dentro do processo histórico da Era Vargas ambas as mobilizações se convergem em determinados momentos. Apesar de a movimentação sindical estar, desde o início do pós-30, sendo visada e sofrendo modificações que se intensificam ao longo do período, defendemos que com a dissolução da ANL, a mobilização sindical passa para uma etapa de completa tutela do Estado. Ou seja, o apassivamento da classe trabalhadora se completa a partir do fim daquela mobilização de massas, o que posteriormente leva a um total aparelhamento sindical através da Carta de 37 e com a chegada do Estado Novo.

Finalmente, o que queremos deixar claro aqui, é como essa intervenção estatal corporativa dentro dos sindicatos proporcionou uma enorme desmobilização da classe trabalhadora, causando prejuízo para a formação crítica-política dessa massa. Todos os modelos de sindicatos durante o período varguista que aqui tratamos e a intensificação das repressões e da tutela do Estado sobre o órgão sindical, fizeram parte desse processo de aparelhamento e apassivamento, a partir disso, acreditamos que todas essas problemáticas podem ter seus resquícios até os dias atuais dentro das mobilizações, tanto sindicais quanto de massa.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa – A política de alianças do PCB: 1928-1935.**

Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990. p. 191-319.

FERREIRA, Jorge Luiz. **A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas.** Rio de Janeiro:

Estudos Históricos, vol. 3, n. 6 – 1990.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 189-264.

MAZZEO, Antonio Carlos, LAGOA, M. Izabel (Org.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.** São Paulo: Cortez, 2003. p. 23-60.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978. p. 182-273.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 95-258.